



# SENADO FEDERAL

## **PARECER Nº 729, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 441 de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal”.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **RENATO CASAGRANDE**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 441, de 2008, que “altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal”.

A matéria foi apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde foi relatada pelo Senador Flávio Arns, e tem origem em sugestão legislativa, formulada nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, proposta pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL).

O projeto de lei em análise é dotado de apenas dois artigos, já tendo sido a finalidade do art. 1º suficientemente explicitada na sua ementa, que é “incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal”. Quanto ao art. 2º, este se limita a estabelecer a cláusula de vigência, com previsão de entrada em vigor da lei em que eventualmente vier a ser convertido o projeto para a data de sua publicação.

À matéria não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

O art. 102-E, parágrafo único, inc. I, do Regimento Interno desta Casa dispõe que as sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa, de sua autoria, e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito.

Quando lido em Plenário, o projeto foi despachado a esta Comissão, com base no disposto no art. 101, inc. I, do Regimento Interno, segundo o qual lhe compete opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência desta Casa.

Quanto à constitucionalidade, é preciso ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 236, § 1º, estatuiu que a fiscalização dos atos dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos seria definida em lei, sendo que coube à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – a mesma lei objeto da alteração proposta por intermédio do projeto de lei em análise – a regulamentação do referido art. 236 do texto constitucional, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.

Desse modo, é possível concluir que não há óbice quanto à constitucionalidade material e tampouco formal, se considerarmos, quanto a este último aspecto, que o *caput* do art. 61 da Constituição Federal atribui a qualquer membro das Casas do Congresso Nacional, e às suas comissões, a iniciativa das leis não ressalvadas como de competência privativa dos outros Poderes da República.

No que concerne à juridicidade, a proposta se afigura irretocável, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii*) as disposições nela contidas *inovam* o ordenamento jurídico, *iii*) possui o atributo da *generalidade*, *iv*) mostra-se dotada de potencial *coercitividade* e *v*) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

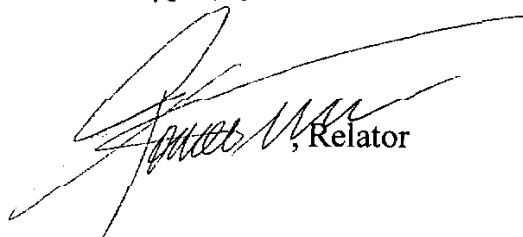
No mérito, impende considerar que o PLS nº 441, de 2008, vai ao encontro do que preceitua o texto constitucional, porquanto dá instrumentos que possibilitam o aprimoramento do poder-dever de fiscalização dos cartórios extrajudiciais pelo Poder Judiciário, mediante o encaminhamento às corregedorias dos tribunais competentes, pelos cartórios, de relatórios anuais pertinentes ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior, para fins de publicação, razão pela qual merece nossos aplausos.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2009.

Senador Demóstenes Torres, Presidente

 , Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 441 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/06/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

|   |                            |
|---|----------------------------|
| PRESIDENTE: <i>Senador Demóstenes Torres</i>        |                            |
| RELATOR: <i>Ad. Hc.: Senador Renato Casagrande</i>  |                            |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB) |                            |
| MARINA SILVA  | 1. RENATO CASAGRANDE       |
| ALOIZIO MERCADANTE                                  | 2. AUGUSTO BOTELHO         |
| EDUARDO SUPLICY                                     | 3. MARCELO CRIVELLA        |
| ANTONIO CARLOS VALADARES                            | 4. INÁCIO ARRUDA           |
| IDELI SALVATTI                                      | 5. CÉSAR BORGES            |
| EXPEDITO JÚNIOR                                     | 6. SERYS SLHESSARENKO      |
| MAIORIA (PMDB, PP)                                  |                            |
| PEDRO SIMON   | 1. ROMERO JUCÁ             |
| ALMEIDA LIMA  | 2. LEOMAR QUINTANILHA      |
| GILVAM BORGES                                       | 3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR |
| FRANCISCO DORNELLES                                 | 4. LOBÃO FILHO             |
| VALTER PEREIRA                                      | 5. VALDIR RAUPP            |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA                      | 6. NEUTO DE CONTO          |
| BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)                        |                            |
| KÁTIA ABREU   | 1. EFRAIM MORAIS           |
| DEMÓSTENES TORRES                                   | 2. ADELMIR SANTANA         |
| JAYME CAMPOS  | 3. RAIMUNDO COLOMBO        |
| MARCO MACIEL  | 4. JOSÉ AGRIPINO           |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR                               | 5. ELISEU RESENDE          |
| ALVARO DIAS   | 6. EDUARDO AZEREDO         |
| SÉRGIO GUERRA                                       | 7. MARCONI PERILLO         |
| LÚCIA VÂNIA   | 8. ARTHUR VIRGÍLIO         |
| TASSO JEREISSATI                                    | 9. FLEXA RIBEIRO           |
| PTB   |                            |
| ROMEU TUMA  | 1. GIM ARGELLO             |
| PDT   |                            |
| OSMAR DIAS  | 1. PATRÍCIA SABOYA         |

Atualizada em: 19/03/2009

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

Subseção III  
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

---

TÍTULO IX  
Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º - Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

---

**LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994.**

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

---

CAPÍTULO V  
Dos Direitos e Deveres

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

I - manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;

II - atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;

III - atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

IV - manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade;

V - proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

VI - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

VII - afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;

VIII - observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;

IX - dar recibo dos emolumentos percebidos;

X - observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;

XI - fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

XII - facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas;

XIII - encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva;

XIV - observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.

---

Publicado no DSF, de 11/06/2009.